



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 2/2022

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão transmitida ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

Manhã:

- 1.** Aprovação das atas n.º 10/2021 e 1/2022, referentes às reuniões plenárias de 10 de dezembro de 2021 e de 4 de fevereiro 2022;
- 2.** Proposta de fixação do valor das propinas dos cursos conferentes de grau para o ano letivo de 2022/2023;
- 3.** Plano de Ação do Conselho Geral 2022 - ponto de situação dos trabalhos das Comissões Especializadas;
- 4.** Mobilidade intercarreiras e intercategorias do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão da UMinho;
- 5.** Informações.

Tarde:

- 1.** Encontro com Presidentes das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação

- Intervenção Presidente da Escola de Ciências
- Intervenção Presidente da Escola de Engenharia
- Intervenção Presidente da Escola de Arquitetura, Arte e Design

Debate

- Intervenção Presidente da Escola de Medicina
- Intervenção Presidente da Escola Superior de Enfermagem
- Intervenção Presidente do Instituto de Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos – I3Bs

Debate

Estiveram presentes o(a)s Conselheiro(a)s, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ana João Gomes Rodrigues, Ana Margarida Silva Gonçalves, André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, João Manuel Cardoso Rosas, Luís António Martins Santos, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Marta Alexandra Teixeira Mestre, Nuno Miguel Dias Cerca, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio, Ricardo Duarte Faria Lopes, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Participou por videoconferência o Conselheiro António Carlos Fernandes Rodrigues. Justificaram a ausência o(a)s Conselheiro(a)s Ángel Maria Carracedo Álvarez, Delfina Rosa Rocha Gomes, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Rui Jorge Machado Oliveira e Tiago Filipe Silva Miranda. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

Previamente à ordem do dia, o Conselho aprovou, por unanimidade, um voto de solidariedade para com o Povo da Ucrânia, na sequência da ofensiva militar de que tem sido alvo por parte da Federação Russa – Deliberação CG-02/2022.

Ainda neste âmbito, o Conselheiro Duarte Lopes salientou a importância do acompanhamento dos estudantes ucranianos e russos, informando-os da possibilidade de poderem recorrer ao Fundo de Apoio Social para fazer face a eventuais dificuldades com que se confrontem. Apelou ao Reitor para que a Universidade venha a acolher estudantes ucranianos, sobretudo aqueles que se dedicam à investigação, de modo a que estes possam completar os seus trabalhos de investigação, não comprometendo assim o resultado dos mesmos.

O Reitor informou que, desde o primeiro momento, a Universidade expressou publicamente solidariedade com a situação do povo ucraniano e chamou a atenção para a situação específica dos estudantes Russos e Bielorrussos, considerando que também eles devem ser protegidos neste contexto. Transmitiu que haviam sido contactados todos estes estudantes, no sentido de avaliar qual o tipo de apoio de que necessitavam, e aberto um canal de comunicação para reporte de situações que poderão vir a ocorrer. Relevou a pertinência das sugestões apresentadas pelo Conselheiro Duarte Lopes e, relativamente ao acolhimento de estudantes ucranianos, considerou que poderá vir a ser replicada a iniciativa de acolhimento de estudantes sírios, tendo já a Universidade sido contactada pela Plataforma Global de Apoio a Estudantes Sírios no sentido de disponibilizar lugares para estudantes ucranianos, iniciativa esta que deverá ser enquadrada numa posição mais geral do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

1. Aprovação das atas n.º 10/2021 e 1/2022, referentes às reuniões plenárias de 10 de dezembro de 2021 e de 4 de fevereiro 2022

A Presidente colocou à votação as atas da reunião do Plenário ocorridas nos dias 10 de dezembro de 2021 e 4 de fevereiro de 2022, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

2. Proposta de fixação do valor das propinas dos cursos conferentes de grau para o ano letivo de 2022/2023

O Reitor informou que a proposta submetida ao Conselho havia sido alvo de apreciação em sede do Plenário do Senado Académico e que nele foi aprovada por maioria. Recordou que as propinas constituem uma importante fonte de receita para a instituição e que há alguns condicionalismos relativos à fixação do seu valor, face aos limites máximos impostos para as propinas das licenciaturas, mestrados integrados e mestrados de continuidade, tendo a Universidade apenas margem para fixar valores diferenciados para os mestrados, doutoramentos e estudantes internacionais. No que respeita aos valores das propinas de mestrado e doutoramento para estudantes nacionais e internacionais, referiu que os valores propostos têm em consideração os custos reais aproximados da formação, bem como os valores praticados em outras instituições. Informou que a proposta estabelece três níveis de valor de propinas – um para estudantes nacionais e oriundos de países da União Europeia, outro para estudantes oriundos de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e um último para os estudantes internacionais. Salientou o facto de a proposta apresentar, também, orientações para a fixação de propinas para estudantes que se reinscrevam para término de dissertações, relatórios de estágio/projetos e prever a possibilidade de os planos de pagamento das propinas poderem ser aprovados pelo Conselho de Gestão.

O debate teve início com a intervenção do Conselheiro Tiago Silva, que pediu ao Reitor esclarecimentos sobre os valores indicados para os estudantes internacionais, não enquadrados na União Europeia nem nos países da CPLP, concretamente, qual a razão para os valores serem iguais nos diferentes graus de ensino – 1.º, 2.º e 3.º ciclos. Relativamente às propinas de doutoramento, questionou de que forma é realizado o enquadramento das situações de estudantes bolseiros da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), ou equivalentes, não oriundos da CPLP ou da União Europeia, na medida em que, tradicionalmente, a propina é coberta por essa bolsa. Por último, e no que respeita ao pagamento de propinas parciais, sobretudo no caso de estudantes que estão a concluir as teses de mestrado e doutoramento, pediu a confirmação de que a análise destes pedidos é realizada de acordo com a situação específica de cada estudante.

O Reitor informou que o valor da propina dos estudantes internacionais tinha sido uma matéria amplamente discutida, sobretudo a dois níveis, o da existência ou não de um valor semelhante para os vários ciclos de estudos; ou existência de uma diferenciação, por efeito de uma maior intensidade laboratorial e investimentos adicionais das próprias Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI). Disse ter sido consensualizada a manutenção de valores semelhantes dentro dos intervalos que existem, e que flutuam entre os 4.500€ e 5.500€ para um determinado conjunto de escolas e 6.500€ e 7.500€ para outras, sendo assim possível estabelecer algumas diferenciações se as UOEI o vierem a determinar. No que respeita à propina do doutoramento, referiu que distinção existente é a de estudantes nacionais, da União Europeia e internacionais, e aqui o valor praticado é aquele que é fixado na proposta, independentemente de haver ou não suportes de

natureza diferenciada face aos desenvolvimentos dos seus projetos de formação. Quanto ao pagamento parcelar de propinas, confirmou que a decisão é casuística, depende de uma solicitação que o próprio estudante deve fazer, e a resposta que é dada fica claramente protegida por este documento que baliza aquilo que a instituição pode decidir relativamente ao pedido que é apresentado.

O Conselheiro Duarte Lopes disse compreender a natureza do documento e a necessidade de a Universidade proceder à cobrança de propinas, mas o seu entendimento é o de que estas receitas deviam ser provenientes do Orçamento de Estado (OE), razão pela qual o seu voto será naturalmente contra a sua fixação. Considerou ter sido dado um passo positivo no que respeita à cobrança de propinas aos estudantes oriundos dos países da CPLP, muito embora o intervalo de valores seja bastante lato e seja deixado à discricionariedade das UOEl a definição do seu valor, ainda que nesse intervalo, correndo-se o risco de não vir a existir qualquer diferenciação entre um estudante internacional e um estudante da CPLP.

Usou da palavra o Conselheiro André Teixeira, que começou por lamentar o facto de o valor estabelecido para a propina ser, sistematicamente, o valor máximo permitido por lei e que a iniciativa de descida do seu valor parta sempre do Governo e nunca da Universidade, salientando a necessidade de reforçar a ideia de que os estudantes não devem ser fonte de financiamento da instituição. Considerou positiva a diferenciação prevista para os estudantes oriundos da CPLP, ainda que, face a um intervalo de valores tão vasto, esta possa parecer abstrata. No que respeita aos valores fixados para os estudantes internacionais, considerou-os demasiado elevados para uma Universidade que diz querer continuar a apostar na internacionalização.

Findo o debate, a Presidente colocou à votação a proposta de fixação do valor das propinas dos cursos conferentes de grau para o ano letivo de 2022/2023, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com os votos contra do(a)s Conselheiro(a)s Ana Margarida Silva Gonçalves, André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira e Ricardo Duarte Faria Lopes. Absteve-se na votação a Conselheira Ana João Gomes Rodrigues – Deliberação CG-03/2022.

3. Plano de Ação do Conselho Geral 2022 - ponto de situação dos trabalhos das Comissões Especializadas

Foi conferida a palavra à Coordenadora da Comissão Especializada em Educação, Investigação e Interação com a Sociedade (CE-EIIS), Conselheira Ana João Rodrigues, tendo informado que a CE-EIIS havia já reunido duas vezes desde a aprovação do Plano de Atividades do Conselho Geral para o ano de 2022, e realizado de seguida o ponto de situação para cada uma das ações da responsabilidade da CE-EIIS. Relativamente ao estudo sobre a caracterização financeira dos estudantes da UMinho, informou que o estudo se irá materializar através da realização de um inquérito, devendo para o efeito ser lançada uma *call* à Comunidade Académica para a apresentação de candidaturas. Sobre o estudo da saúde mental da Comunidade Académica, disse estar ainda em estudo o modelo de concretização do mesmo, mas que, para além dos eventuais questionários, serão

também dinamizadas sessões de informação, a ocorrerem nos *campi* de Gualtar e de Azurém, para sensibilização sobre a temática e dar a conhecer os mecanismos de apoio de que a Universidade dispõe. No que respeita ao estudo/inquérito dos investigadores, informou terem sido recebidas 43 manifestações de interesse individuais para nele participarem – investigadores, docentes e TTAG, sendo que apenas duas unidades orgânicas não estão representadas. Transmitiu que o estudo decorrerá em duas fases distintas, uma primeira em que haverá uma auscultação com vista a definir quais as questões que deverão ser incluídas no questionário, sendo depois designado um grupo de trabalho mais pequeno, responsável pela elaboração do questionário, pela aplicação e análise do mesmo, com o acompanhamento do grupo mais alargado. Para além das ações inscritas no Plano de Atividades, informou que a CE-EIIS decidiu efetuar um acompanhamento da Comissão para a Igualdade de Género na UMinho, sendo expetável que na próxima reunião da CE-EIIS possa estar presente um membro da mesma para apresentação dos trabalhos desenvolvidos até ao momento.

Dada a ausência do Coordenador da Comissão Especializada em Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF), Conselheiro Tiago Miranda, foi conferida a palavra ao Conselheiro Luís Santos para realizar o ponto de situação das ações da responsabilidade daquela Comissão. Sobre a ação de revisitação dos diplomas que regem o Conselho Geral, informou que o grupo de trabalho constituído tinha efetuado uma primeira reunião da qual resultou que os documentos, no essencial, são adequados à atividade do órgão, podendo vir a ser sugeridas algumas alterações no sentido de reforçar a autonomia das comissões eleitorais, as quais serão apresentadas ao plenário até junho do corrente ano. No que concerne à reativação do Projeto Barómetro, transmitiu que o projeto está em curso, impulsionado pela Reitoria, tendo sido aprovada pela Direção de Serviços de Contratação Pública a peça para levar a cabo a consulta pública, seguindo-se o cumprimento dos prazos previstos na Lei. Relativamente à revisão dos Estatutos da Universidade, e dado estar previsto no Plano de Ação para o Quadriénio a apresentação pelo Reitor de uma proposta de revisão dos mesmos, informou ter sido deliberado aguardar pela mesma, mas solicitar desde já à Reitoria informação sobre a metodologia de condução do processo, bem como a sua planificação e calendarização. Sobre a interação direta e regular da CE-GAIAF com os membros da equipa reitoral dos diferentes pelouros, transmitiu que a metodologia a adotar será a de sinalizar os assuntos de maior relevância, que serão comunicados ao Reitor pela Presidente, procedendo-se posteriormente ao agendamento da reunião para serem prestados os devidos esclarecimentos. No caso de assuntos/pedidos de esclarecimento mais simples, a CE-GAIAF colocará o pedido por escrito e a resposta será dada também por essa via. No que respeita à organização do ciclo de Seminários sob o tema “Ensino Superior no Futuro”, referiu que será marcada uma primeira reunião da comissão organizadora, a ter lugar até ao final do mês de março, para definição do alinhamento dos seminários, em articulação com outras atividades levadas a cabo na Universidade. Por último, e no âmbito do desenvolvimento de ações que possibilitem dar a conhecer junto dos agentes políticos as dificuldades com que a Universidade se debate, informou que a CE-GAIAF deliberou dirigir, em articulação com a Reitoria, um convite a todos os deputados eleitos pelo círculo de Braga, para um evento informal com vista a criar um canal direto

de comunicação com os mesmos. Após a constituição do novo Governo, será endereçado um outro convite, desta feita com um carácter mais formal, para um debate mais profundo e apreciação de eventuais ações a levar a cabo pelos deputados em sede dos trabalhos da Assembleia da República.

A Presidente agradeceu o trabalho desenvolvido pelas Comissões Especializadas, bem como pelos grupos de trabalho que delas emanaram, e transmitiu que das ações da responsabilidade da Presidência e do Secretariado, a que diz respeito ao primeiro contacto com as UOEI teria já início na presente sessão e que não foi ainda possível concretizar a data para a realização da reunião dos Presidentes dos Conselhos Gerais. Agradeceu a colaboração do Reitor na execução do Plano de Atividades do Conselho, em particular no que diz respeito à disponibilização do financiamento que permitirá a concretização dos diferentes estudos.

A Conselheira Isabel Soares felicitou o trabalho desenvolvido pelas duas Comissões Especializadas e, no que respeita às ações a realizar no projeto da saúde mental, disse concordar com as atividades propostas, mas considerou igualmente importante desenvolver um trabalho articulado com os diversos grupos que já trabalham essa matéria na Universidade, em particular nas Escolas de Medicina, Psicologia e de Enfermagem. Sugeriu que fossem ouvidos esses grupos, no sentido de analisar o modo de concertar as atividades do Conselho com o trabalho por eles já desenvolvido.

O Conselheiro Tiago Silva informou que irá proceder ao contacto com os elementos da comissão organizadora do ciclo de seminários, tendo em vista desencadear o início da preparação do mesmo, e transmitiu ter sido decidido que este ciclo de seminários será articulado com outras ações já desenvolvidas pela Universidade, de modo a garantir que não há repetição de temas, nem da forma de abordagem dos mesmos.

Foi conferida a palavra ao Reitor que salientou a importância do conjunto de iniciativas a desenvolver pelo Conselho, por aquilo que elas poderão representar de acréscimo ao conhecimento das circunstâncias concretas da Universidade, bem como sobre desenvolvimentos futuros que a Universidade poderá vir a ter. Mostrou disponibilidade para criar as condições que possibilitem um contacto mais informal do Conselho e da Reitoria com os deputados eleitos pelo círculo de Braga, procurando sensibilizá-los para a situação específica da Universidade e também para aquilo que é hoje característico dos sistemas de ensino superior e de investigação, considerando importante que, previamente ao debate do OE para 2022, possam haver ações de sensibilização junto dos responsáveis políticos.

Ainda neste ponto, foi deliberado que o Secretariado do Conselho procederá ao envio dos memorandos resultantes das reuniões das Comissões Especializadas a todos os membros do Conselho, de modo a permitir o conhecimento na íntegra das atividades por elas desenvolvidas.

4. Mobilidade intercarreiras e intercategorias do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão da UMinho

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Victor Soares que começou por fazer referência à deliberação do Conselho de Gestão n.º 2/2021, de 14 de janeiro, na qual é determinado que durante o ano de 2021 seria desencadeado um processo de mobilidade intercarreiras ou categorias e atribuída a dotação máxima de 100.000€ para fazer face ao encargo decorrente desse processo. Tendo em consideração que: 1) a deliberação foi tomada no contexto e em função do orçamento da Universidade do Minho para o ano de 2021, não tendo até à presente data sido executado qualquer valor da referida verba; 2) esta deliberação ocorreu já no segundo ano da crise pandémica não sendo, por isso, exetável que esta deliberação tenha procedido a uma adequada e cautelosa ponderação das condicionantes de ordem económica e orçamental associadas à pandemia; 3) foram criadas justas exetativas de melhoria da situação profissional de um significativo número de TTAG, designadamente daqueles que no processo de mobilidade anterior ficaram colocados para além das posições que vieram a ser favoravelmente abrangidas por esse processo, em função da verba de 53.000€ então atribuída e da aplicação dos critérios de seleção previamente definidos; 4) sem prejuízo de uma desejável articulação com uma estratégia e uma prática integrada e consistente de gestão de carreiras na Universidade, o processo de mobilidade intercarreiras ou categorias que tem vindo a ser adotado deve ser, na sua perspetiva, continuado enquanto meio de valorização e reconhecimento do valioso património humano de que a Universidade dispõe, através da aplicação de métodos e critérios de seleção justos e transparentes a que, sem excesso, devem ser submetidos todos aqueles que reúnam condições para transitarem de carreira ou de categoria; colocou à consideração do Reitor e do Conselho de Gestão que o processo de mobilidade intercarreiras e intercategorias previsto para o ano de 2021, seja desencadeado, se possível ainda durante o mês de março, mantendo-se a dotação que lhe havia sido atribuída, sem prejuízo de outros procedimentos que venham a ser adotados no âmbito da valorização/promoção de carreiras não revistas.

Apelou, ainda, para que sejam realizadas as diligências tidas por adequadas, em articulação com o Administrador dos Serviços de Ação Social, com vista à implementação de procedimentos no âmbito daqueles Serviços, designadamente no plano da mobilidade de mobilidade intercarreiras ou categorias, que permitam reverter as parcas condições salariais e de trabalho de uma parte significativa dos seus trabalhadores, em particular, aqueles que integram a carreira de Assistente Operacional.

O Reitor recordou que a preocupação agora exposta está acolhida no Plano de Ação para o Quadriénio 2021/2025, e que a aprovação maioritária pelo Conselho da alteração ao mapa de pessoal para 2021, ainda que com o voto contra do Conselheiro Victor Soares, permitiu a consolidação de 19 trabalhadores nas novas categorias. Transmitiu que a figura de mobilidade intercarreiras e intercategorias está consagrada na Lei do Trabalho em Funções Públicas e que constitui um instrumento que a Universidade tem vindo a utilizar, com a moderação que decorre daquilo que são as condições financeiras da Universidade, sendo que nos últimos cinco anos foram considerados 49 trabalhadores ao abrigo desta figura. Relativamente à decisão tomada pelo

Conselho de Gestão em 2021, informou que ela não foi concretizada por se entender que não havia condições para o fazer e que no futuro a Universidade passará a ter um procedimento diferente daquele que tem vindo a ser adotado, procedendo regularmente à abertura de concursos de mobilidade intercarreiras e intercategorias em resposta a necessidades gerais da Universidade ou por iniciativa do Conselho de Gestão, das UOEI, de Unidades Culturais ou Unidades de Serviços. Salientou o facto de esta medida traduzir uma reorientação importante face aquilo que tem sido a prática vigente até ao momento, na medida em que abrirá a vários níveis da estrutura a possibilidade de desencadear este processos, possibilitando assim à Universidade capacitar-se melhor e ir ao encontro do previsto na lei que presume o recurso a esta figura quando haja conveniência para o interesse público, designadamente, quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviço o imponham. Informou, ainda, que na última reunião do Conselho de Gestão foi analisada a situação particular da área das carreiras de informática e que em breve será tomada uma deliberação que permitirá capacitar as UOEI e os Serviços com estes trabalhadores.

5. Informações

O Reitor transmitiu ao Conselho informações sobre a atividade geral da Universidade nos últimos três meses, fazendo menção a diversos eventos relevantes e apresentou algumas notas sobre as atividades de educação, internacionalização e iniciativas culturais. No âmbito das infraestruturas e transformação digital, deu especial relevância à avaliação, seleção e aquisição de um novo sistema de gestão académica; à avaliação da solução ERP-RH integrada com o ERP Financeiro – GIAF; à reavaliação da arquitetura atual e aquisição de um sistema integrado de segurança da informação, assim como à reavaliação da arquitetura atual e upgrade da infraestrutura de comunicações. Referiu de seguida a participação da Universidade na Aliança Universitária Europeia ARQUS, salientando o facto de esta ser composta por um conjunto diverso de universidades com elevado grau de reconhecimento nos rankings universitários e de selecionar como foco a questão da educação superior com uma atenção muito particular nas posições e iniciativas centradas nos estudantes, de forma a garantir qualidades de aprendizagem. Destacou, ainda, o conjunto de atividades-chave a desenvolver no âmbito da promoção de programas educacionais e de investigação conjunta, do reforço da mobilidade e da definição de políticas comuns relativamente à ciência aberta e à igualdade de género. Considerou esta participação como sendo um projeto central nos próximos tempos, dado que esta aliança permite uma estruturação mais forte entre as universidades, podendo contribuir para o reforço do sistema de ensino superior europeu e do próprio sistema do ensino superior português. Deu também a conhecer a formalização da Aliança de Pós-Graduação, através do contrato programa assinado em dezembro de 2021 entre a Universidade do Minho e a Direção Geral do Ensino Superior, no âmbito do PRR, aliança que é entendida como propícia ao reforço da Universidade enquanto agente de desenvolvimento, seja no plano regional, bem como no plano nacional, e terá como objetivo o combate ao abandono escolar e a promoção do sucesso dos estudantes, bem como a transição sucedida para os contextos de trabalho. Comunicou que o início da atividade desta aliança compreenderá o lançamento até 2026 de 112 cursos não conferentes de grau designados “Aliança de pós-graduação – competências para

o futuro”, que envolverão onze UOEI e conduzirão a uma reorganização da oferta educativa, introduzindo a componente não conferente de grau como essencial nessa oferta, e desenvolverá dois novos cursos conferentes de grau nas áreas de Ciências de Dados e Engenharia Aeroespacial no ano letivo 2022/2023. No que respeita ao financiamento, informou que cerca de 5M€ serão para investimento em recursos humanos, 2M€ para infraestruturas, 4M€ para equipamentos e 1.2M€ para bolsas a atribuir aos estudantes que vierem a frequentar estes cursos. Salientou, ainda, o facto de as formações não conferentes de grau a ministrar no âmbito desta aliança terem sido desenhadas desde o início com entidades do setor público e sector privado, entidades empresariais e não empresariais, com as quais, ao longo dos anos, a Universidade foi desenvolvendo e estreitando relações e que terão no futuro um papel importante.

De seguida, e a pedido do Reitor, a Presidente deu a palavra ao Vice-Reitor para a Investigação e Inovação, Professor Eugénio Ferreira, para uma apresentação da atividade de investigação desenvolvida na Universidade. Começou por dar a conhecer ao Conselho a recente contratualização entre a FCT e a Universidade do título de Laboratório Associado, que conduziu à assinatura de contrato no início de 2022 de mais 6 participações da UMinho em Laboratórios Associados. Recordou que antes deste concurso a Universidade já participava num laboratório associado que liderava – ICVS/3Bs - totalmente localizado na Universidade, e em duas entidades com autonomia financeira - LIP e INESC-TEC - sendo agora 9 os Laboratórios Associados. Destes, a Universidade tem a liderança de 3 laboratórios, o ICVS/3Bs; o LABBELS e o maior do país, o LASI. Para além destes três, a Universidade mantém a colaboração em duas entidades externas à Universidade em termos de gestão, o LIP e INESC-TEC, e participa no ARISE, AR-NET, IN2PAST e o LapMET. Em termos de contrato para o período de 2021-2025, para 7 destes nove laboratórios colaborativos, 2 têm autonomia e estão fora da Universidade, com um financiamento a rondar os 4.75M€, que vai permitir aumentar o quadro de investigadores de carreira em mais 20 investigadores, sendo que, atualmente, existem 36 investigadores de carreira. Informou que em janeiro de 2022 foi assinado com a FCT um contrato resultante da 2.ª edição do Concurso Estímulo ao Emprego Científico na vertente Institucional (CEEC Institucional), tendo a candidatura da Universidade sido contemplada com 22 posições de investigador – 5 investigadores auxiliares a tempo indeterminado; 14 investigadores auxiliares a termo (6 anos) e 3 investigadores principais a termo (6 anos). Afirmou ter sido definido um modelo para a distribuição das posições pelas UOEI e pelos Centros de Investigação, o qual pretende relevar um princípio de coesão na atribuição de investigadores a determinadas subunidades orgânicas de “menor desempenho”, respondendo a uma política de reforço e aposta na sua valorização. Apresentou de seguida o ponto de situação das candidaturas no âmbito do PRR, salientando o facto de na componente C12. terem sido financiadas 3 candidaturas, num valor total de 3.5M€. Por último, deu a conhecer diversas iniciativas/eventos realizados no âmbito da atividade de investigação e inovação desenvolvida na Universidade e sobre o regulamento da Carreira, Recrutamento, Contratação e Avaliação do Desempenho do Pessoal Investigador em Regime de Direito Privado da Universidade do Minho (RPI-UM), concretamente, no que respeita à avaliação dos investigadores, informou que tem vindo a ser alvo de discussão

o abandono de uma avaliação baseada em indicadores de contagem de publicações ou no cálculo de fatores de impacto cumulativo, pretendendo dar maior relevância ao conteúdo da produção científica e não tanto às entidades em que esta é publicada, bem como atribuir um papel importante às iniciativas ligadas à Ciência Aberta. Referiu que a minuta de edital para a contratação de investigadores já reflete estas questões, sendo que os regulamentos de algumas das UOEl ainda têm presente muitas métricas, mas em breve será dada preponderância a indicadores de qualidade em detrimento de indicadores puramente métricos.

No âmbito das Informações, a Presidente fez referência às Orientações do Grupo de Missão para Prevenir e Combater o Assédio na UMinho divulgado à Comunidade Académica, e disse ter lido o relatório na sua versão integral, o qual considerou muito completo e sério, com propostas interessantes, faltando agora a sua concretização. Sobre esta matéria, o Reitor agradeceu o trabalho das pessoas envolvidas na elaboração do relatório e informou que se seguirá o momento de ponderar o conjunto de propostas e medidas nele apresentadas, salientando a necessidade de existir uma estrutura de natureza mais permanente, mantendo, entretanto, a colaboração que logo de início foi possível estabelecer com a Associação de Psicologia. Considerou que foi dada uma resposta real e efetiva, mas que o desafio que se coloca é a assunção e o desenvolvimento de uma política continuada de prevenção do assédio na Universidade.

O debate teve início com a intervenção do Conselheiro Nuno Cerca, que solicitou informação sobre o tipo de contrato que será celebrado com os 20 investigadores a contratar, concretamente, se serão contratos de carreira de investigação ou serão contratos de doutorados em carreiras de investigação e carreiras técnicas, tendo o Vice-Reitor esclarecido que, das 20 posições, 16 serão de carreira de investigação (investigadores auxiliares), e 4 destinam-se a técnicos doutorados na carreira de assessor ou carreira técnica superior. Na segunda parte da sua intervenção, o Conselheiro Nuno Cerca chamou a atenção para o facto de estar prevista a abertura de 5 lugares de carreira e 18 lugares a contrato a termo – 13 como auxiliar e 5 como principal, e recordou que a alteração ao código do trabalho ocorrida em 2021 é muito explícita quando refere que “o contrato de trabalho a termo resolutivo só pode ser celebrado para a satisfação de necessidades temporárias, objetivamente definidas pela entidade empregadora e apenas pelo período estritamente necessário à satisfação destas necessidades”, sendo que o historial da Universidade demonstra que este requisito não é, na maior parte das vezes, cumprido. Disse ser frequente a contratação de pessoas a termo resolutivo para desenvolverem uma linha de investigação que já existia antes da criação da sua posição, situação que não configura contrato de trabalho a termo resolutivo. Considerou também preocupante o facto de a Lei estabelecer que não podem ser celebrados contrato a termo por um período superior a seis anos, entendendo que ao serem abertas posições que não são de carreira, rapidamente estas pessoas ultrapassam os 6 anos de contrato em áreas de investigação por elas iniciadas, não se enquadrando num projeto onde as necessidades e o tempo estão objetivamente definidos. Alertou para o risco de, ao serem abertas posições que não são de carreira, mas cujas características o configuram, a Universidade poder vir a ser confrontada com situações litigiosas de

investigadores que reivindiquem o direito a um contrato de carreira, face ao número de anos em exercício de funções e a impossibilidade de celebração de contratos a termo.

O Vice-Reitor informou que a contratação por um período de seis anos faz parte da legislação especial do emprego científico, resultante do Dec. Lei n.º 57/2016, e no que respeita à sua ligação ao código do trabalho, e em particular ao artigo 143.º do mesmo, deverá existir precaução por parte da Universidade de modo a garantir que o objeto de trabalho do novo contrato não tenha relação com o anterior, no caso de ser um investigador que já se encontre na Universidade. Informou, ainda, que esta matéria está a ser acompanhada juridicamente, de modo a evitar situações de precaridade.

A Conselheira Cláudia Pascoal deu nota de que a rubrica de informações foi bastante longa e com referência a assuntos relevantes, tendo sugerido que, de futuro, seja disponibilizado previamente ao Conselho o seu conteúdo, no sentido de poder ser realizada uma análise mais cuidadosa do mesmo. Relativamente à adesão à Aliança Universitária Europeia ARQUS, solicitou esclarecimentos sobre o modo como ela se irá concretizar e quem serão os seus beneficiários. No que respeita aos cursos não conferentes de grau, reiterou a sua utilidade para atribuição de bolsas no âmbito da investigação, dado que os bolseiros têm de estar inscritos num curso conferente ou não de grau, mas chamou a atenção para a necessidade de ser agilizada a abertura dos mesmos, sugerindo a sua abertura em permanência, permitindo assim o seu funcionamento logo que seja atingido o número suficiente de bolseiros para a sua frequência. Em relação à atribuição dos CEEC Institucionais, referiu que dos 22 disponíveis apenas 2 foram considerados para a Escola de Ciência, que é uma das maiores UOEI, o que traduz um grande desequilíbrio na atribuição dos mesmos. Sobre a avaliação dos investigadores, subscreveu a relevância do conteúdo em detrimento das métricas, mas considerou que, se não forem consideradas algumas métricas de produtividade objetivas, é possível correr o risco de introduzir uma subjetividade significativa na avaliação a realizar. Por último, e no que respeita à contratação do pessoal investigador, questionou a data de abertura dos editais.

O Conselheiro Luís Santos considerou também bastante extensivo o período dedicado ao ponto de informações, chamando a atenção para o facto de o regimento do Conselho estabelecer que o período para as mesmas não deverá exceder 30 minutos. Disse parecer-lhe não producente a transmissão de uma quantidade tão vasta de informação ao Conselho pela primeira vez, entendendo que algumas das informações apresentadas deveriam constar de um documento cedido, em tempo oportuno, aos membros do Conselho, para que estes sobre elas se pudessem pronunciar após uma análise mais cuidada. Recordou ter sido estabelecida em sede da CE-GAIAF a metodologia de contacto do Conselho com os membros da Equipa Reitoral, segundo a qual só serão alvo de apreciação pelo Plenário os assuntos sinalizados pela CE-GAIAF, não sendo este o caso.

A Presidente considerou que as informações prestadas pelo Vice-Reitor não colidem com a metodologia de comunicação definida, entendendo-as como uma preocupação da Reitoria em transmitir ao Conselho aspetos relevantes da atividade da Universidade. Contudo, considerou importante que, futuramente, os documentos

sejam disponibilizados previamente ao Conselho e que a apresentação em sede do Plenário incida apenas em questões concretas e de maior relevância.

Pediu a palavra o Conselheiro Victor Soares para, em complemento do conjunto de informações transmitidas, destacar a cerimónia de tomada de posse da primeira Comissão de Trabalhadores da Universidade, ocorrida no dia anterior, pela relevância que este órgão poderá vir a ter na defesa dos direitos e interesses de todos os trabalhadores da Universidade, designadamente, através de uma interlocução aberta e responsável com o Reitor e outros órgãos da Universidade, incluindo o Conselho, no contexto de diversos aspetos suscitados pelas questões laborais.

No âmbito da adesão da Universidade à Aliança Universitária Europeia ARQUS, o Conselheiro André Teixeira solicitou esclarecimento sobre os impactos diretos da mesma no corpo estudantil da Universidade, concretamente, em que é que os estudantes dela podem beneficiar. Sobre o combate ao abandono escolar, realçou a preocupação demonstrada pela Reitoria com esta questão e questionou quais as ações previstas para a sua concretização. Enalteceu o relatório de orientações para a prevenção do assédio na Universidade, assim como a posição da Universidade sobre esta matéria, chamando a atenção para a necessidade de serem levadas a cabo, o mais rapidamente possível, ações concretas para a sua concretização.

Foi conferida a palavra ao Reitor, tendo este afirmado que o ponto de informações da sua iniciativa teve como principal objetivo dar a conhecer ao Conselho aspetos fundamentais da atividade da Universidade, tendo em conta que ele próprio e a Equipa Reitoral estão comprometidos com um Plano de Ação, cabendo ao Conselho, de diversas formas, monitorizar a sua concretização. Na sequência das intervenções dos Conselheiros e da Presidente, mostrou total abertura para reequacionar a metodologia futura de transmissão deste tipo de informação ao Conselho.

Em resposta à pergunta de que modo se poderá concretizar a Aliança Universitária Europeia ARQUS, referiu que isso irá depender da capacidade da Universidade se mobilizar, informando que estão já em curso várias iniciativas propostas pela Universidade e há um conjunto de grupos de trabalho a operar neste momento, em função da preparação da próxima candidatura, envolvendo docentes, investigadores e estudantes. Salientou o facto de esta aliança conferir particular atenção aos estudantes, nas atividades que tem previstas e que vai desenvolvendo, havendo um espaço que está já a ser efetivamente explorado de intervenção dos estudantes da Universidade, e possibilitar a abertura para um conjunto de atividades muito oportunas de interação com as várias universidades parceiras. No que respeita aos cursos não conferentes de grau, entendeu ser importante distinguir a oferta formativa de curta duração dirigida a públicos ativos e detentores de graduação, que por razões próprias ou dos contextos de trabalho necessitam de regressar à Universidade para refazer/aprofundar os seus saberes e as suas competências, ou adquirir novas competências, passando a ser uma área específica de intervenção da Universidade no domínio da educação que tem de ser prosseguido. A outra dimensão diz respeito à criação de circunstâncias que possibilitem aos bolseiros responder ao requisito

de envolvimento em iniciativas de formação. A este propósito, informou que da interação direta com os centros de investigação havia sido preparado um curso que está aberto em permanência para o efeito, sendo possível proceder à alteração de algumas das características do mesmo, tornando-o mais flexível e não requerendo um esforço tão difícil da parte dos bolseiros.

Terminou a sua intervenção realçando o início da atividade da Comissão de Trabalhadores da Universidade, entendendo que, face a uma comunidade de trabalhadores cada vez mais vasta e aos quadros divergentes da sua contratação, a existência de uma entidade que os represente e que promova a defesa dos seus direitos contribuirá para a atenuação de tensões que possam existir.

O Vice-Reitor informou que as minutas dos editais tinham sido já disponibilizadas aos centros contemplados com posições a concurso, recordando que o prazo legal de abertura dessas posições é de seis meses, pelo que até 20 de junho terão de estar a 22 posições anunciadas. No que respeita às posições a tempo indeterminado, disse ter havido necessidade de adequar a circular com a minuta do edital, dado que alguns aspetos careciam de adequação à submissão eletrónica, tendo já sido novamente publicada a circular. Sobre a distribuição das posições, transmitiu que o assunto tinha sido discutido com os diretores de centro de investigação e presidentes das UOEI, e que o modelo que foi fixado contempla o desempenho e a dimensão dos centros, ponderados com quatro outros parâmetros, e que, quando aplicado, deu origem à distribuição de 22 posições, que é um número inferior ao número de centros de investigação existentes (31), pelo que houve centros que não puderam ser contemplados. Referiu que, no caso concreto da Escola de Ciências, nela foram contempladas duas posições, em dois centros distintos, que resulta exclusivamente da aplicação objetiva dos princípios do modelo aprovado. No que concerne à avaliação dos investigadores, em concreto métricas versus qualidade, considerou que este será um exercício que responsabilizará os avaliadores na avaliação dos currícula mais baseados no conteúdo e não tanto nas métricas.

O Conselheiro Tiago Silva considerou que neste ponto tinham sido abordados alguns temas relevantes e que suscitam um debate mais aprofundado, entendendo que merecerão um ponto específico numa das próximas reuniões do Conselho Geral, informando que irá sugerir a sua inclusão em futuras ordens de trabalho.

O Conselheiro Nuno Cerca esclareceu que da sua intervenção, para além de lançar o alerta para a prevenção de eventuais situações semelhantes às do PREVPAP, pretendia saber se as posições previstas são para recrutamento efetivo de investigadores, de modo a criar carreiras de investigação na Universidade ou apenas para apresentação de um projeto a 6 anos, entendendo que, face ao prazo de 6 meses para os concursos estarem abertos, não será possível definir um projeto com tarefas previamente definidas. O Reitor disse entender os fundamentos apresentados, mas que a decisão compromete todos, desde logo os centros de investigação, as UOEI e a Reitoria.

Os trabalhos foram interrompidos às 13h00, para intervalo de almoço, e retomados às 15h00.

1. Encontro com os Presidentes das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação

No âmbito da ação inscrita no Plano de Atividades do Conselho Geral, relativa à auscultação das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI), foram realizadas as intervenções dos Presidentes da Escola de Ciência – Professor José Meijome; da Escola de Engenharia – Professor Pedro Arezes; da Escola de Arquitetura, Arte e Design – Professor Paulo Cruz; da Escola de Medicina – Professor Nuno Sousa; da Escola Superior de Enfermagem – Professora Esperança Gago e do Instituto de Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos (I3Bs) – Professora Manuela Gomes, que procederam à caracterização das diferentes UOEI em termos de oferta formativa, de áreas de investigação desenvolvidas, de recursos humanos e infraestruturas existentes. Foram, também, apresentadas as linhas de atuação previstas para o futuro e debatidos os constrangimentos que mais afetam diretamente a sua atividade, com especial destaque para o subfinanciamento da Universidade, a complexidade e morosidade dos processos financeiros e de contratação, bem como o envelhecimento do corpo docente.

A Presidente fez referência ao facto de ter sido comum a todas as apresentações a existência de dificuldades ao nível dos procedimentos de contratações, não só de edifícios estruturados, mas também de equipamentos, e o desfasamento entre aquilo que é a elaboração dos projetos, a orçamentação e a concretização dos mesmos. Por se tratar de uma preocupação constante do Conselho, questionou se as dificuldades sentidas advêm do quadro legal e das exigências das estruturas legais, orçamentais e financeiras a nível nacional, ou se algumas dessas dificuldades provêm do modo como a lei é aplicada na prática, isto é, se a solução poderá passar apenas por alterações no funcionamento interno da Universidade, ou será necessária uma ação ao nível de alteração de políticas legislativas em vigor.

O Professor Paulo Cruz disse entender que, até ao momento, é apenas uma questão interna, face às dificuldades financeiras da Universidade e à morosidade dos processos administrativos. O Professor Pedro Arezes referiu que, de facto, a contratação pública levanta obstáculos burocráticos muito significativos nas várias vertentes de execução dos projetos, que se agrava com a existência de procedimentos internos de cautela por parte de quem gere estes processos, dilatando os prazos para assegurar a legalidade do processo. Salientou, também, o facto de o acesso às verbas ser realizado através de um plafond com saldo trimestral, o que não se coaduna com o planeamento dos projetos, acrescido das dificuldades financeira e de tesouraria. O Professor José Meijome fez referência aos cabimentos que são trimestralmente realizados pelas UOEI, que depois não podem ter seguimento face a problemas de tesouraria da Universidade, o que cria graves entraves à atividade das diferentes unidades. Chamou a atenção para o facto de os serviços centrais não disponibilizarem informação financeira em tempo real, de modo a permitir uma gestão mais eficiente dos ativos das UOEI e corrigir atempadamente eventuais desvios, considerando que isso seria conseguido através do melhoramento do entrosamento entre as diferentes plataformas existentes.

A Conselheira Ana Margarida Gonçalves fez referência ao facto de o Presidente da Escola de Ciências entender como desafio e preocupação a qualidade de vida dos estudantes, e questionou os Presidentes se foram já feitas auscultações das perceções dos estudantes nas respetivas unidades e se têm alguma estratégia de intervenção neste sentido.

O Professor José Meijome disse terem sido já realizadas na Escola de Ciências auscultações relacionadas com a qualidade de vida dos investigadores, dos docentes e dos TTAG, e que a próxima fase será a de auscultação dos estudantes. Afirmou que a questão da qualidade de vida é um eixo que pretende acompanhar e promover na escola a que preside, não apenas pela questão do edificado, mas pela eficiência do seu funcionamento.

O Professor Pedro Arezes informou que na Escola de Engenharia existe um gabinete que faz a ligação dos estudantes às empresas, e que a presidência tem uma ligação estreita com os núcleos dos estudantes, tendo ocorrido uma reformulação do Conselho Pedagógico para que os estudantes nele possam ter um papel mais ativo. Considerou haver uma preocupação crescente por parte das UOEI no que à qualidade de vida nos campi diz respeito, mas que as restrições orçamentais limitam muito a atuação a este nível.

O Professor Paulo Cruz salientou o facto de na Escola de Arquitetura, Arte e Design haver tradicionalmente um envolvimento dos núcleos de estudantes em diversas atividades da Escola e o estabelecimento de parcerias com centros culturais que permitam, através de protocolos, o acesso livre dos estudantes a esses espaços.

O Conselheiro Victor Soares considerou que, em termos conceituais e em termos genéricos, parte das questões que foram suscitadas relativamente à dificuldade de funcionamento e aos constrangimentos apresentados por cada um dos presidentes estão de algum modo subjacentes à proposta apresentada pelo Reitor no contexto do seu Plano de Ação para o Quadriénio, e que tem a ver com a alteração dos Estatutos da Universidade no sentido de permitir uma maior autonomia e respetiva responsabilidade das UOEI. Fez referência à desmotivação significativa dos TTAG, inerente a uma sobrecarga de trabalho, salientando que este é um problema transversal às diferentes UOEI e Unidades de Serviços. Corroborou a ideia de que, por vezes, existe alguma tensão na interação entre as UOEI com as Unidades de Serviços, e considerou ser um bom exercício para futuro a promoção de ações tendentes ao intercâmbio entre os responsáveis dos serviços, os presidentes das UOEI, bem como os trabalhadores do terreno, para que possam ser debatidas as dificuldades e experiências de cada um dos intervenientes. Chamou a atenção para a necessidade de existir um regulamento orgânico que preveja funções de chefia intermédia nas UOEI, e referiu a dificuldade existente ao nível dos recursos humanos especializados para apoio à atividade laboratorial, por força do envelhecimento desses trabalhadores.

Sobre a questão da renovação geracional, a Conselheira Patrícia Maciel questionou os presidentes das UOEI sobre o modo de gerir de forma integrada a tensão entre a necessidade de renovar o corpo docente e de funcionários com uma perspetiva estratégica, pensando num futuro a 20/30 anos e, simultaneamente, atender às expectativas e à motivação das pessoas que trabalham na Universidade, também ela indicada como problema.

O Conselheiro Paulo Sampaio referiu que a atual Reitoria vê a celebração de contratos-programa como uma estratégia de agilização da gestão das UOEI e recordou existirem já dois contratos celebrados - um com a Escola de Medicina e outro com a Escola de Psicologia. Tendo em consideração que a avaliação da aplicação dos contratos-programa por essas unidades é, no geral, positiva, questionou os presidentes das restantes UOEI se encaram a possibilidade de virem a celebrar um contrato-programa com a Reitoria, por entenderem que o mesmo é uma vantagem para as UOEI que dirigem.

O Conselheiro André Teixeira salientou que todas as apresentações tiveram tónica na falta de autonomia, no excesso de centralização, na necessidade de chefias intermédias e no modo como isso se reflete na falta de motivação dos trabalhadores. Tendo em consideração o contexto dos contratos-programa e da reavaliação dos documentos internos da Universidade, solicitou aos presidentes das UOEI para indicarem o que entendem que estruturalmente seria útil e exequível, do ponto de vista do combate à falta de autonomia e do repensar da forma das UOEI evoluírem.

O Professor Paulo Cruz disse ter conhecimento dos contratos-programa e que há várias unidades orgânicas a equacionarem a celebração dos mesmos, sendo a Escola de Arquitetura, Arte e Design uma delas, por considerar que nele é possível inscrever a visão e o rumo da Escola, bem como os compromissos assumidos. Referiu também que o contrato-programa torna a ação do(a) Presidente mais previsível e permite internamente responsabilizar e mobilizar o esforço coletivo para atingir os objetivos. Sobre o envelhecimento dos diferentes corpos da Universidade, considerou importante que numa revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) voltem a ser introduzidas posições de início de carreira que permitam um conhecimento mais envolvente da instituição, considerando que não será possível atrair professores estrangeiros para as categorias de professores auxiliares e associados, face aos níveis salariais atuais.

O Professor Pedro Arezes começou por referir que, relativamente à abertura de posições de chefias intermédias, e dada a estrutura organizativa complexa da Escola de Engenharia, foi já submetida uma proposta ao Reitor, a qual aguarda avaliação jurídica. Sobre a questão da renovação geracional, considerou as questões financeiras como sendo o maior obstáculo, na medida em que não é possível proceder a contratações que permitam a existência de um período de sobreposição para a transferência do conhecimento, quer seja pedagógico, científico ou de interação com as empresas. Afirmou que a Escola de Engenharia tem todo o interesse em celebrar um contrato-programa e que seria útil para as UOEI a existência de um modelo híbrido mais próximo do atual, que criasse e reforçasse a autonomia efetiva às unidades orgânicas.

O Professor José Meijome enalteceu a sugestão do Conselheiro Victor Soares no que às iniciativas de *networking* diz respeito, considerando que elas deverão ser promovidas como forma de partilha de experiências e de contributos para otimizar o funcionamento da Universidade. Quanto ao apoio técnico nos laboratórios da Escola de Ciências, disse existir uma deficiência significativa do número de técnicos que se tem vindo a agravar por saída de trabalhadores para outras instituições e/ou por aposentação. Relativamente à renovação geracional *versus* desmotivação dos trabalhadores ainda no ativo, secundou a intervenção do Professor Pedro

Arezes no que respeita à importância da existência de um período de transferência do conhecimento, situação que não é possível dadas as dificuldades financeiras da Universidade. Pronunciou-se de seguida sobre a revisão dos diplomas que regem o ensino superior, começando por referir que os regulamentos internos estão desatualizados da realidade atual, apresentando como exemplo o facto de os concursos de promoção interna serem tidos como situações de exceção, quando, no seu entender, estes deveriam coexistir num regime de normalidade em simultâneo com um recrutamento externo através de concursos internacionais. Em relação ao RJIES, gostaria que fossem revisitadas algumas das limitações que o mesmo impõe à detenção de cargos a categorias académicas específicas, e que nele sejam refletidos elementos como os novos desígnios nacionais, o(a)s novo(a)s modos e plataformas de ensino, bem como uma melhor definição do conceito de ensino à distância, de modo a que as instituições o possam utilizar com maior equidade. Sobre a eventual celebração de um contrato-programa, transmitiu que a Escola de Ciências irá dar início à discussão de uma proposta no Conselho de Escola, sendo o seu entendimento que o mesmo possibilitará uma melhor previsibilidade e maior eficiência na gestão da Escola.

A Presidente conferiu a palavra ao Reitor que disse partilhar na generalidade o diagnóstico realizado pelos presidentes das UOEL presentes, considerando, no entanto, importante recordar que a situação atual da Universidade resulta do acumulado de há já alguns anos. Salientou o facto de no ano letivo de 2009/2010, altura em que a Universidade tinha 15.000 estudantes, ter sido a última vez que foi aplicada a fórmula de financiamento do ensino superior que está em vigor, instrumento legal que determina o nível de financiamento das instituições de ensino superior, razão pela qual o financiamento desde então atribuído à Universidade, atualmente com 20.000 estudantes, é efetuado em função de uma realidade que foi, entretanto, radicalmente ultrapassada, o que explica o subfinanciamento a que a Universidade tem vindo a ser sujeita ao longo de quase doze anos. Apresentou como segundo elemento de reflexão, o facto de existirem UOEL que, face ao número de estudantes que conseguem atrair e ao número de projetos que conseguem conquistar, estão a ser penalizadas, na medida em que, em função da assunção de um princípio de coesão institucional, não está a ser refletido para as UOEL em termos do seu financiamento, alocação de recursos humanos, bem como de investimento naquilo que são as suas infraestruturas próprias, a intensidade da sua atividade e a arrecadação que resulta da mesma, existindo assim desequilíbrios que têm vindo a ser compensados. Por último, reconheceu a existência de ineficiência internas várias, que têm impactos seja ao nível da contratação de pessoas, da aquisição de bens e serviços, seja da própria execução de orçamentos. Afirmou que a Universidade vive em permanência uma situação muito difícil do ponto de vista orçamental e de tesouraria, a qual, no seu entender, só poderá ser ultrapassada através de uma permanente pressão de natureza política, mas também através de um repensar da própria organização, sendo para si muito claro que o reforço da autonomia das UOEL, acrescida do aumento da sua responsabilidade, é o caminho que deve ser prosseguido.

A Conselheira Cláudia Pascoal considerou relevante as apresentações realizadas, na medida em que elas permitiram conhecer melhor cada uma das UOEL, existindo unidades que são extremamente homogêneas na

vocação para o ensino e para a investigação a que se dedicam e outras com uma grande heterogeneidade, como é o caso da Escola de Engenharia e de Ciências, onde a diversidade e heterogeneidade dos problemas são muito maiores. Disse existirem denominadores comuns que estão claramente identificados, os quais têm vindo a ser discutidos no Conselho, e que são o reflexo das preocupações com que todos se debatem diariamente na instituição e que conduzem a uma perda total de motivação e de competitividade. Mostrou a sua disponibilidade para colaborar na procura de soluções que permitam tornar a atividade da Universidade mais eficiente, indicando a falta de tesouraria como sendo um dos problemas mais graves com que a instituição se debate, seguido da morosidade dos procedimentos administrativos. Fez referência à renovação geracional, com especial destaque para a importância de se fazer a passagem de conhecimento de áreas que são estratégicas, de modo a garantir que elas se mantêm competitivas. Terminou a sua intervenção agradecendo aos presidentes das diferentes UOEl a partilha com os membros do Conselho das diferentes realidades, assim como a transmissão com profundidade e clareza das dificuldades sentidas.

O Conselheiro Luís Santos secundou a intervenção anterior, agradecendo aos presidentes a franqueza na forma como retrataram as adversidades sentidas, destacando o retrato das dificuldades ao nível da gestão das expectativas associadas à atividade de gestão, bem como os constrangimentos relacionados com a execução financeira, com a manutenção das instalações e com a gestão de carreiras e das pessoas. No seu entender, existe concordância no que diz respeito ao diagnóstico, mas depois há dificuldades na tentativa de implementar soluções, nem que sejam para mitigar alguns dos problemas claramente identificados e têm de ser ultrapassados. Sobre os contratos-programa, e tendo em consideração que algumas escolas já celebraram esses contratos e outras estão em conversações para a sua celebração, questionou os presidentes se entendem que haveria benefício em que a Comunidade Académica conhecesse os parâmetros normalizados, sobretudo para os anexos, para que de alguma forma possam ser partilhadas as dificuldades e entendido o que é que é suposto, por regra, constar num contrato-programa.

O Conselheiro João Rosas afirmou que as apresentações realizadas pelos presidentes refletem as dificuldades transversais a todas as UOEl, referindo em particular a da Professora Manuela Gomes, no que respeita aos atrasos de quase um ano nas autorizações de cabimentos e de vários meses na celebração de contratos, situações que dificultam significativamente o desenvolvimento normal da atividade das UOEl. Considerou preocupante o facto de em 2022 a Universidade estar a projetar o seu crescimento para 2025-2030, mas, na realidade, continuar com a estrutura de 2010, sendo que todas as pessoas que acompanharam a vida da Universidade ao longo dos anos tem essa visão clara. Disse ter havido claramente um crescimento a partir de 2010, não apenas no número de estudantes, mas também em termos de complexidade das estruturas, dos números de projetos de investigação e do serviço à Comunidade, ao qual a atual estrutura não dá resposta, considerando que a Universidade está a ser vítima do seu próprio sucesso.

Mostrou preocupação com o subfinanciamento estrutural, na medida em que não se operam mudanças substantivas em matéria do financiamento da instituição. Enalteceu o trabalho realizado nas diferentes UOEl, muitas das vezes numa base voluntarista, na medida em que estas promovem cada vez mais atividade nas diferentes áreas da sua atuação, numa estrutura em que a centralização, a falta de autonomia e de financiamento constituem sérios problemas.

O Conselheiro Tiago Silva entendeu que o diagnóstico apresentado pelos vários presidentes não é positivo, muito pelo contrário, e disse não concordar com a afirmação de que a Universidade é vítima do seu sucesso. Chamou a atenção para o facto de uma grande parte da atividade da Universidade só ser possível graças ao desenvolvimento e execução de projetos de investigação, face ao reduzido orçamento proveniente do Orçamento do Estado. Mostrou preocupação com o facto de a Universidade estar a ser prejudicada pela não aplicação da fórmula de financiamento das instituições de ensino superior, salientando a necessidade de exigir às entidades competentes o cumprimento dos seus compromissos. Fez de seguida referência ao recurso às receitas próprias – propinas e projetos de investigação, sendo o seu entendimento de que as propinas devem contribuir para a melhoria dos sistemas e não para que estes possam existir. Relativamente à verba proveniente dos projetos de investigação, alertou para o risco de a Universidade deixar de poder pagar os salários das pessoas que nela trabalham se esta fonte de receita deixar de existir, face à não execução dos projetos em curso. Agradeceu aos presidentes a apresentação das respetivas unidades, bem como a manifestação dos seus sucessos e das suas dificuldades, mas questionou o que é que tem sido feito nos últimos tempos para reverter esta situação, recordando que nos processos eleitorais do ano de 2021 ficou claro que era necessária uma mudança, tendo em conta que se há algo que não funciona numa organização, ou a direção procede a alterações com vista ao seu melhoramento ou então será necessário alterar a direção.

O Conselheiro Duarte Lopes referiu que as diferentes UOEl representam cursos exigentes e realidades de investigação, também elas exigentes, e nesse sentido questionou os presidentes sobre os mecanismos de auscultação que têm sido levados a cabo sobre a vida dos estudantes dos diferentes ciclos de estudo, bem como as estratégias de intervenção em resposta à avaliação que é feita. Mencionou em particular o reporte há alguns meses atrás de algumas circunstâncias específicas dos estudantes do I3Bs, pedindo à presidente daquela UOEl esclarecimentos sobre as ações realizadas por forma a colmatar as falhas identificadas.

A Professora Manuela Gomes confirmou que o I3Bs tem padrões de exigência elevada, razão pela qual também tenta proporcionar aos seus investigadores condições de trabalho únicas e que não existem em muitos laboratórios do mundo, e isso é reconhecido. Afirmou que os mecanismos existentes para dar resposta aos estudantes são idênticos aos que existem nas outras UOEl, nomeadamente, através da representatividade dos estudantes do programa doutoral dos vários anos nas comissões devidas e, relativamente às situações que circularam nas redes sociais, informou que nenhum desses representantes teve qualquer conhecimento das mesmas, nem tinham sido abordados por nenhum colega sobre essas questões. Em relação às restantes

intervenções, disse concordar com a primeira parte da intervenção do Conselheiro João Rosas, tendo em conta que também ele presidiu a uma UOEI e integrou o Conselho de Presidentes onde, repetidamente, estas questões foram discutidas. Contudo, discordou da conclusão de que a Universidade é vítima do seu próprio sucesso, na medida em que a Universidade não pode parar a sua atividade, principalmente ao nível dos projetos, sob pena de não ser possível pagar os salários aos funcionários, como foi já admitido pelo Reitor e Administrador. Alertou para as adversidades com que a Universidade se debate quando compete para as mesmas entidades financiadoras, conseguindo, mesmo assim, captar financiamento em entidades que têm apenas cerca de 10% de aprovação. Comparou a diferença de metodologia de financiamento dos projetos europeus, nos quais a Universidade recebe o financiamento *à priori* e esse dinheiro fica automaticamente disponível para gastar, com a dos projetos financiados pela FCT, cujo financiamento é realizado através de reembolsos. Considerou que não têm sido feitas diligências e pressão adequadas por forma a exigir à FCT o cumprimento dos pagamentos em atraso, à Universidade e a outras instituições, na medida em que esse incumprimento é responsável pelos atuais problemas de tesouraria da Universidade.

Relativamente aos contratos-programa, a Professora Esperança Gago afirmou não ser algo que esteja na primeira linha na Escola Superior de Enfermagem neste momento, face à existência de outros problemas estruturais e à necessidade de alguma solidez e definição de um conjunto de situações específicas do ensino de enfermagem. Em relação aos estudantes de enfermagem, afirmou que estes acabam por ficar um pouco espartilhados entre as exigências do ensino e as disponibilidades dos serviços de saúde. Disse tratar-se de um problema grave, e que na procura de soluções tem vindo a ser feito um trabalho intenso com a Associação de Estudantes de Enfermagem, desenvolvidos contactos com os Conselhos Clínicos de várias unidades de saúde e com a ARS-Norte, mas há uma grande dependência do poder político que traz custos acrescidos aos estudantes, no que ao pedido de ensino clínico na proximidade da Universidade diz respeito.

O Professor Nuno Sousa começou por se pronunciar sobre o bem-estar da instituição como um todo, entendendo que o mesmo só será conseguido se forem abertos canais de comunicação adequados e criados os mecanismos que garantam a resolução dos problemas imediatos, assim como a transferência dos mesmos sempre que estes careçam de um cuidado mais específico. Informou que na Escola de Medicina existem múltiplos canais de comunicação abertos, em colaboração com outras UOEI, em particular a Escola de Psicologia, de apoio e promoção do bem-estar, envolvendo também os estudantes como curadores do bem-estar físico e mental. No que respeita aos contratos-programa, referiu que eles não constituem a solução para os problemas que foram apresentados, mas permitem uma maior previsibilidade, sobretudo se encarada numa perspetiva de encontrar soluções que sejam plurianuais, de modo a aumentar a confiança entre os diferentes níveis de comando da UOEI. Entendeu que os contratos-programa devem ser do conhecimento comum, em prol da transparência institucional e transmitiu que, no caso do contrato-programa celebrado com a Reitoria e a Escola de Medicina, ele está alicerçado em três grandes dimensões - orçamental, recursos humanos e gestão da infraestrutura física, sendo que esta última dimensão permitiu, num curto espaço de

tempo, ganhos de eficiência e de eficácia superiores a 50%. Considerou que o subfinanciamento estrutural da Universidade é agravado pelo incumprimento de algumas entidades financiadoras, em particular a FCT, pelo que deverão ser acionados mecanismos legais que permitam à Universidade receber os montantes em dívida que lhe são devidos. Ao nível da organização, entendeu ser urgente perceber onde pode ser aumentada a eficiência dos processos, informando da realização de uma auditoria interna à Escola de Medicina para avaliação do estado dos processos, a qual permitiu melhorar significativamente o funcionamento da Escola, bem como criar os mecanismos para a solução de alguns dos problemas. Sobre as dificuldades associadas ao ensino, entendeu que o mesmo carece de maior flexibilidade, de modo a adaptá-lo às necessidades daqueles que depois recebem os graduados pela Universidade, designadamente, flexibilização de horários, formação mais holística e antecipação das necessidades por forma a oferecer formação qualificada relacionada com as questões demográficas e da empregabilidade. Por último, chamou a atenção para a necessidade de se encontrarem novas fontes de financiamento, dado que Universidade perdeu uma grande parte da sua capacidade de gerar sustentabilidade em prestação de serviços para os quais é solicitada, considerando essencial que, dentro do quadro regulamentar e legal, a Universidade seja capaz de encontrar soluções flexíveis capazes de alavancar a oferta, do ponto de vista educativo e da geração de conhecimento, bem como do ponto de vista dos serviços e do valor prestados à Comunidade.

A Presidente manifestou o profundo agradecimento pela participação dos presidentes na sessão plenária, que contribuiu para um maior conhecimento daquela que é a atividade da Universidade e sinalização de temas para posteriormente serem aprofundados. Afirmou que o Conselho está ao dispor para, no âmbito das suas competências, contribuir para encontrar soluções para alguns dos problemas identificados, e lançou o repto aos presidentes para futuras reflexões conjuntas, ainda que os problemas sejam complexos e estruturais e haja algum desajustamento dos processos à realidade atual. Solicitou o envio ao Conselho das apresentações realizadas, tendo em vista a sua disponibilização no *site* do Conselho Geral, pedido que recebeu a anuência de todos os presidentes.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu a todos as intervenções tidas ao longo da sessão e declarou terminada a reunião pelas 18h50, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

O Secretário,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 2/2022

4 de março 2022

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	Ana J Rodrigues
Ana Margarida Silva Gonçalves	Ana Margarida Gonçalves
André Francisco Soares Carvalho Alves Teixeira	André Teixeira
Ángel Maria Carracedo Álvarez	Participação por videoconferência
António Carlos Fernandes Rodrigues	
Delfina Rosa Rocha Gomes	Participação por videoconferência
Isabel Maria Costa Soares	Isabel
Joana Rodrigues Arantes Silva	Joana
João Manuel Cardoso Rosas	
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	
Luís António Martins Santos	Luís António Santos
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	Maria Cláudia
Maria Joana Raposo Marques Vidal	Maria Joana
Marta Alexandra Teixeira Mestre	Marta Alexandra
Nuno Miguel Dias Cerca	Nuno Miguel
Patrícia Espinheira Sá Maciel	Patrícia Maciel
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	Paulo Alexandre
Ricardo Duarte Faria Lopes	Ricardo Duarte Faria Lopes
Rui Jorge Machado Oliveira	Participação por videoconferência
Tiago Filipe Silva Miranda	
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	Tiago José
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	Victor Soares